

Ano III, Nº 15, Maio/2001

JUSTIÇA & CIDADANIA

WWW.REVISTA.JC.COM.BR

APOSENTADORIA
COMPULSÓRIA



Ministro Marco Aurélio Mello
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Chefe do Poder Judiciário

Editorial: Morosidade da Justiça



Fotos TRF 3ª Região

A Posse dos novos dirigentes do TRF-3ª Região

Ricardo Acedo Nabarro

A solenidade de posse dos novos dirigentes do TRF da 3ª Região, no último dia 2 de maio, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi marcada pela emoção nos discursos do desembargador José Kallás, que deixou naquele ato a presidência do Tribunal, e do presidente eleito, desembargador Márcio José de Moraes.

Foram empossados no mesmo ato a vice-presidente do Tribunal, Anna Maria Pimentel; a corregedora-geral, Diva Prestes Marcondes Malerbi; os membros efetivos do Conselho de Administração, André Nabarrete Neto, Roberto Luiz Ribeiro Haddad, Maria Salette Camargo Nascimento e Newton De

Lucca e, como suplentes Suzana de Camargo Gomes e Ramza Tatuze Gomes da Silva; os membros efetivos do Conselho da Justiça, Sebastião de Oliveira Lima e Paulo Octávio Baptista Pereira e, como suplentes Aricê Moacyr Amaral Santos e Maril Marques Ferreira, esta última empossada também como diretora da Revista do TRF 3ª Região.

No seu discurso de despedida, José Kallás agradeceu a todos que o acompanharam e o ajudaram a presidir o Tribunal. "Após ter percorrido todos os cargos que a vocação me impôs, trago nas mãos, as mãos vazias, e no coração, o sentimento de um ideal maior de Justiça. Nada me resta hoje se não agradecer a todos aqueles que me ajudaram neste percurso e na busca da consolidação do estado de Direito democrático."

O presidente da seccional da OAB em São Paulo, Carlos Miguel Castex Aidar, saudou os novos dirigentes do Tribunal e falou

em nome dos advogados paulistas, "A advocacia paulista tem a honra de presenciar a escalada de um amigo a um dos mais altos postos da magistratura, com qualidades intelectuais, profissionais e morais de um juiz cujo nome está indelevelmente impresso nas páginas das grandes decisões do Poder Judiciário brasileiro."

No pronunciamento da procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República em São Paulo, Fátima Aparecida de Souza Borghi, a confiança no novo presidente ficou expressa: "Temos certeza que o desembargador Márcio Moraes demonstrará na presidência do Tribunal a mesma capacidade intelectual, raciocínio jurídico e caráter firme que sempre teve como juiz."

Para encerrar a solenidade, o novo presidente do TRF 3ª Região Márcio José de Moraes discursou emocionado e agradeceu a todos aqueles que depositaram confiança nos

seus 25 anos de carreira na magistratura federal e o elegaram presidente do Tribunal; elogiou seus antecessores, em especial o ministro Milton Luiz Pereira (primeiro presidente deste Tribunal) e o ministro Jorge Scartazzini, a quem, segundo ele, devemos muito pelas obras realizadas; e expressou sua alegria em estar à frente do TRF da 3ª Região "Essa escolha tão honrosa representa degrau culminante na minha carreira e mesmo na minha vida."

Márcio Moraes lembrou ainda da importância da Justiça Federal de São Paulo e Mato Grosso do Sul na história do País durante a ditadura pós 1964, na liberdade e integridade física dos presos políticos, na supressão da tortura, na defesa da liberdade de expressão, inclusive de imprensa.

Trechos do discurso

"Este Tribunal Regional Federal da 3ª Região, criado pela Constituição de 1988, renova pela sétima vez em sua história os seus mandatos diretivos de Presidente e Vice-Presidente e pela terceira vez elege o Corregedor-Geral da Justiça Federal da Primeira Instância.

Assim é que a rotatividade dos

mandatos na administração do Tribunal conduziu-me agora, depois de 25 anos de carreira na magistratura federal, ao cargo de Presidente deste Tribunal.

O momento para nós é de grande responsabilidade e emoção.

Suceder os Presidentes que nosso Tribunal já teve impõe-me muita responsabilidade.

De um lado, recebo a Presidência das mãos honradas e operosas de José Kallás, que nos lega numerosas obras na administração, as quais procuraremos, a seu exemplo, continuar e incentivar.

Sucedo outros Presidentes ilustres desta Casa, que realizaram tarefas inestimáveis, dentre os quais seja-me permitido ressaltar dois.

O hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Milton Luiz Pereira, o primeiro Presidente deste Tribunal, teve presença fundamental para a integração inicial do novo Colegiado que nascia. Suas qualidades excepcionais de integridade, competência, dedicação e mesmo de humildade, sempre foram para mim um exemplo e para o Tribunal representam inspiração para a convivência harmônica e fraternal de seus membros, desvinculada dos perigos da desagregação,

Milton foi o baluarte da nossa instalação e dos nossos primeiros anos.

O outro Presidente a quem me permito referir é Jorge Scartazzini, também atual Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a quem o nosso Tribunal deve muito, não só pelas obras que realizou, dentre as quais a das suas instalações atuais, o que por si só justificaria sua vitoriosa administração, mas principalmente porque soube proporcionar integração ao Tribunal mediante uma receita tão simples quanto igualmente difícil, que é a do diálogo. Jorge foi um estelo no desenvolvimento do Tribunal.

As qualidades excepcionais desses dois Presidentes, somadas às do atual e às de Homar Cais, Américo Lacombe e Oliveira Lima, que também presidiram esta Casa com grandeza, se, de um lado, demonstram a enorme responsabilidade de quem por agora lhes sucede, mostram-nos também um norte seguro: administrar com competência, dedicação, segurança, humildade e muito diálogo.

O nosso momento é também muito feliz. Assumo a Presidência porque meus pares me escolheram depois de 25 anos de judicatura. Essa escolha tão honrosa representa degrau culminante na minha carreira e mesmo na minha



Dr. Márcio Moraes ao lado do presidente do STJ, Min. Costa Leite



Novo Presidente em seu discurso

vida, embora saiba que o critério de escolha, no meu caso, não reflete as qualidades do eleito senão que apenas prestigia o princípio da antiguidade para escolha do Presidente como salutar forma de não se politizar partidariamente o Judiciário.

Agora, quando assumo a Presidência deste Tribunal, ainda guardo a mesma vocação do advogado que fui durante muitos anos. Minha causa tem sido e será, dentro das minhas limitações, a mesma que o Exmo. Presidente do E. Superior Tribunal de Justiça, Ministro Costa Leite, tem patrocinado exemplarmente, a ponto de se tomar hoje um líder das esperanças de todo o Judiciário, quais sejam, a da independência, do prestígio e da dignidade do Poder Judiciário.

Não falemos em crise do Estado. São óbvias as disfunções institucionais que assolam o Legislativo e o Executivo Federais atualmente, por muito motivos que aqui não cabe considerar. Mas convenhamos, comparativamente com a crise conjuntural do Estado Brasileiro, as deficiências do Judiciário, que aliás existem desde o começo da República, são muito menores.

O nosso Tribunal Regional Federal e a Primeira Instância da 3ª Região são exemplos vivos de quanto o Judiciário Federal, mesmo em crise de estrutura à vista da enorme demanda de processos, tem amparado a cidadania em momentos cruciais da nossa democracia.

Malgrado deficiência estrutural, principalmente de índole material, que dificulta a jurisdição, o nosso Tribunal tem história gerada pelos nossos feitos. Antes dos defeitos, é importante mostrarmos os nossos feitos. Essa

história das mais importantes decisões da Corte precisa ser lembrada para que a cidadania saiba que sempre contou e pode continuar contando com a Justiça Federal.

Lembremos sucintamente. A Justiça Federal dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul foi importantíssima durante a ditadura pós 1964 na defesa da liberdade e integridade física dos presos políticos, na supressão da tortura, na defesa da liberdade de expressão, inclusive da imprensa, de pensamento e de associação em muitos processos. É certo que sem essa atuação decisiva da Justiça Federal a redemocratização do nosso país teria sido retardada. Seguem-se outras causas extremamente relevantes para a cidadania nas quais tanto os juizes federais de primeiro grau quanto o Tribunal Regional

tiveram atuação destacada, tais como: a correção das prestações do Sistema Financeiro da Habitação, o empréstimo compulsório sobre venda de veículos e moeda estrangeira e de passagens aéreas e hoje, ainda, nos deparamos com milhares de ações sobre a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Quem não se lembra em nossa Região da atuação pronta da primeira instância e do Tribunal para a guarda da Constituição contra o bloqueio dos ativos financeiros determinados pelo chamado Plano Collor? Mais uma vez mostrou a Justiça Federal naquela oportunidade pioneira, como tinha demonstrado em muitas outras, o quanto estava pronta para defender a Constituição e as liberdades públicas. ■

Assessor de Imprensa do TRF-3ª Região



Novo presidente assinando o termo de posse